

## BRIGA COM PODEROSOS: RESISTÊNCIA CAMPONESA CONTRA GRANDES PROJETOS NO MARANHÃO

---

Benedita de Cassia Ferreira Costa , Maristela de Paula Andrade

---

### RESUMO

Este artigo se origina de exercícios de perícias realizadas para o Ministério Público Federal brasileiro. Parte das ideias de James Scott referidas à análise de situações de resistência camponesa à instalação de usinas termoeletricas em povoados de famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Médio Mearim Maranhense. Analisando situações empíricas, com base em entrevistas e observação direta, vai ao encontro das teses do referido autor, no sentido de chamar a atenção para a não passividade dos camponeses em contextos de expropriação.

Palavras-chave: Resistência Camponesa; Usinas Termoeletricas; James Scott

## STRUGGLE AGAINST POWERFUL: BIG PROJECTS IN MARANHÃO AND PEASANT RESISTENCE

### ABSTRACT

This article is based on anthropological report held for Brazilian Public Prosecution Office. It is based on James Scott's ideas referred to the analysis of peasant resistance to the installation of thermoelectric power plants in villages of quebradeiras de coco babaçu's families in the Middle Mearim, in Maranhão, Brazil. Analyzing empirical situations, based on interviews and direct observation, the analysis meets the author's ideas, in order to draw attention to the non-passivity of the peasants in expropriation contexts.

Key words: Peasant Resistance; Thermoelectric Power Plants; James Scott.

---

Mestre em Ciências Sociais. Professora da rede pública estadual do Maranhão. E-mail: cassia.ferreirabc@gmail.com.

Doutora em Antropologia Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCS-UFMA). E-mail: maristela.depaulaandrade@gmail.com.

---

## INTRODUÇÃO

“No nosso povoado foi plantada uma usina termoelétrica. Está prejudicando todos nós! Muita poluição, muitos barulhos... só que eu brigo com esses poderosos! Eles estão há três anos só mentindo pra nós! E eu quero que o Brasil inteiro saiba da safadeza deles” (Dona Nazaré, Demanda, 2014).

As reflexões aqui apresentadas se inserem na temática relativa aos processos de expropriação camponesa (Palmeira, 1989; Martins, 1991), provocados pela implantação de projetos econômicos vinculados aos setores do agronegócio, aeroespacial, energético, da mineração e siderurgia, a partir dos anos 1970, no estado do Maranhão. Privados ou dirigidos pelo Estado, tais empreendimentos não se estabelecem sem reações e mobilizações de parte dos grupos e famílias atingidas, sendo este o foco principal de análise neste artigo<sup>1</sup>.

No Maranhão, esferas governamentais federais e estaduais atuaram de forma decisiva, desde os anos 1970/80, na conformação do espaço econômico maranhense (Carneiro, 2013), por meio de mecanismos diretos e indiretos: via implantação de empreendimentos (obras de infraestrutura e projetos/programas econômicos) e de medidas de incentivo à im-

plantação de atividades econômicas. Segundo Carneiro (2013) nos períodos 1980/1990 instalaram-se os chamados grandes projetos, como o Programa Ferro Carajás, levando à implantação da infraestrutura necessária à exploração mineral, florestal, pecuária, agrícola e industrial. Os projetos agropecuários e madeireiros foram responsáveis, por sua vez, pela devastação ambiental e pelo maior momento de expansão da grande propriedade no Maranhão, impulsionada pela política de incentivos fiscais e de modernização conservadora da agricultura brasileira. O financiamento público da grande propriedade desencadeou dois processos: favoreceu o que Carneiro (2013) chama de indústria da grilagem nas regiões de fronteira e, nas regiões de colonização antiga, provocou a expulsão dos chamados agregados, camponeses que trabalhavam no interior da grande propriedade fundiária, de forma subordinada.

Uma nova configuração socioeconômica se desenhou com mais intensidade no estado, a partir dos anos 2000, registrando-se um processo de diversificação dos projetos e investimentos – na sua maioria de capital privado – envolvidos desde o ramo aeroespacial até a exploração e produção de energia.

Em 2011, nesse cenário de reconfiguração do espaço agrário maranhense, cerca de setenta famílias de Demanda, localidade da re-

---

1 Os dados que permitiram a elaboração deste artigo resultam do trabalho de campo para fins de elaboração de perícia antropológica demandada pela Procuradoria Geral da República no Maranhão. Foram realizadas cem entrevistas gravadas, resultantes de visitas às casas de cada morador do povoado Demanda, em Santo Antonio dos Lopes/Capinzal do Norte, além de observação direta, anotações sistemáticas em caderno de campo, georreferenciamento de pontos na localidade, tomada de imagens em fotografia e vídeo. Atuaram na perícia, além da perita, a antropóloga Maristela de Paula Andrade, uma equipe de assistentes: o antropólogo Benedito Souza Filho, Benedita de Cassia Ferreira Costa, Leonardo Silva Coelho, Juscinaldo Goes Almeida e Erinaldo Nunes da Silva. Os entrevistados aquiesceram em conceder as entrevistas e concordaram que as informações fornecidas no âmbito da perícia fossem divulgadas. Além do trabalho de campo para fins da elaboração do laudo antropológico, Benedita de Cassia Ferreira Costa realizou trabalho de coleta de informações, para fins de elaboração da sua dissertação de mestrado, junto aos trabalhadores de Demanda quando vieram a São Luís para contatos com a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos e Ministério Público – Federal e Estadual.

gião de Cocais, no Médio Mearim Maranhense, nos municípios de Santo Antonio dos Lopes e Capinzal do Norte, foram surpreendidas pela chegada da empresa MPX, atual ENEVA<sup>2</sup>, que ali vinha instalar um complexo de usinas termoeletricas movidas a gás natural. A partir de então, famílias de posseiros, pequenos proprietários e arrendatários passaram a se defrontar, principalmente, com a perda do extenso e fértil palmeiral, de onde as mulheres extraíam o babaçu, cujas amêndoas vendiam aos comerciantes e latifundiários tradicionais. Além disso, desde então, essas famílias viram-se afetadas em seu modo de vida, em todos os sentidos: os homens perderam seus empregos como diaristas do fazendeiro, na mesma grande propriedade – Fazenda Maravilha – onde se situava o palmeiral, comprada pela empresa; os caminhos tradicionais<sup>3</sup> foram devassados e destruídos, substituídos por estradas do chamado empreendedor; os quintais, espaço que recai sobretudo sob o domínio das mulheres, foram igualmente devassados e intrusados por grande quantidade de homens recrutados pelas terceirizadas da empresa; roças, açudes e áreas de criação de animais, de propriedade de membros do grupo foram destruídos durante a implantação das UTEs; o igarapé que corta o povoado, passando antes pela área das termoeletricas, restou completamente poluído, levando ao desapare-

cimento dos peixes que as famílias consumiam e obrigando-as a se servirem de água suja de óleo; as ações de mitigação e de compensação dos impactos, previstas nos estudos de impacto ambiental, não aconteceram devidamente e os moradores passaram a ser assediados por uma série de funcionários da empresa, assim como de técnicos de consultoras por ela contratados, para que aderissem ao remanejamento; os critérios utilizados no cadastramento realizado pela empresa, para o recebimento de compensação financeira às quebradeiras de coco e para o reassentamento na chamada área anfitriã, excluiu várias famílias da comunidade; para receber a compensação pela perda do babaçual as mulheres foram obrigadas a assistir cursos, inclusive de informática, apesar de várias delas serem analfabetas. Como se não bastasse, as famílias passaram a conviver, diuturnamente, com o odor do gás e o ruído das turbinas, o que tem levado alguns moradores a apresentar sintomas de pânico, levando-os, em certos casos, até mesmo ao suicídio<sup>4</sup>. Toda essa violência passa a ser descrita, nos depoimentos, como uma situação de indefinição social, entendida pelos entrevistados como de humilhação, criando um clima de revolta entre as famílias.

Em contraposição à violência que recai sobre o modo de vida dessa população, tanto

---

2 A MPX é uma empresa pertencente ao Grupo EBX, do empresário Eike Batista, criado na década de 1980, que atua no setor de geração e comercialização de energia. Em 2013, passou a ser chamada de ENEVA, quando a alemã E.ON assumiu seu controle. Disponível em <<http://www.eneva.com.br/pt/sala-de-imprensa/noticias/Paginas/Confira-a-estrutura-acionaria-da-ENEVA-apos-o-aumento-de-capital.aspx>>. Acesso em: 15 out. 2014.

3 Para uma conceituação de latifundiário tradicional no Maranhão ver Almeida e Mourão (1976).

4 Durante as atividades da perícia, em entrevistas realizadas com uma das famílias, comentaram o caso do suicídio de uma moradora de Demanda. Segundo um dos entrevistados, a senhora já apresentava histórico de depressão, que teria se agravado em decorrência da indefinição social que passaram a viver, informação confirmada pelos demais. Relatou, ainda, que a senhora, antes de cometer tal ato, fazia comentários sistemáticos, nas rodas de conversa após o culto da Igreja Assembleia de Deus, sobre seu desespero em conviver com a possibilidade de explosões ou vazamentos, dada a proximidade das instalações das UTEs em relação às casas do povoado.

em termos materiais, quanto simbólicos, afeta a honra e a moral do grupo, assim como provoca um quadro de incerteza quanto ao futuro, as famílias passaram a reagir de várias formas, promovendo distintos tipos de pressão e enfrentamentos, de modo a exigir seus direitos: interceptando e ocupando caminhos por onde passam os veículos ligados ao empreendimento; dirigindo-se em grupo ao container da empresa, estrutura de alumínio que servia como ponto de atendimento da empresa às famílias; “sequestrando” funcionários dentro do mesmo container; cortando cercas e destruindo placas de sinalização da empresa; barrando motoristas de caminhões das empresas contratadas pela MPX e impedindo-os, até segunda ordem dos moradores, de transitar pela estrada do povoado; redigindo cartas a radialistas; buscando ajuda junto a mediadores fora dos limites do povoado<sup>5</sup>.

Analisar essa diversidade de modalidades de resistência, a partir das ideias de James Scott sobre formas cotidianas de resistência, embora dialogando também com outros autores, é o objetivo central deste artigo.

## 1. DESLOCAMENTO VOLUNTÁRIO?

O caso de Demanda chama a atenção porque, diferentemente de tantos outros, nos quais as lutas de famílias camponesas se voltam contra o deslocamento compulsório<sup>6</sup> imposto pelos chamados grandes projetos, na situação analisada, sua luta se dá, atualmente, para se-

rem retiradas e reassentadas em outro local. Segundo os depoimentos, as famílias de Demanda não mais suportam conviver com o funcionamento das usinas termoelétricas, instaladas praticamente no quintal de suas casas. A própria empresa que, inicialmente, desejava fazer crer que haveria convivência harmoniosa entre suas instalações e a vida das famílias de Demanda, passou a propagar, desde a elaboração de seus estudos de impacto ambiental, a notícia de que seria, inclusive, perigosa a permanência das famílias no local. A noção de risco foi estrategicamente utilizada em seu arsenal discursivo, de modo a legitimar e justificar a retirada das famílias da localidade.

(...) eles [MPX e contratadas] iludiram a comunidade. Esse pessoal da primeira etapa da MPX que foi a Doutora Isabel, chegou prometendo o céu e a terra às pessoas, pra todos os moradores. Primeiramente, chegaram enganando que a termoelétrica que vinha, ia ser instalada aqui um empreendimento, e não ia prejudicar ninguém e não ia retirar ninguém das suas localidades, ninguém ia ser removido das suas casas pra fora de sua terra onde já vivem há muitos anos (Dário Sampaio, Demanda, 31/03/2014).

Depois com o gás que deu na região, eles disseram que iriam ampliar, que iam aumentar, iam ampliar a parte I e a parte II desse projeto aí [Complexo Parnaíba]. Aí foi que [a empresa] veio com a proposta se alguém não queria sair daqui pra outro lugar. O pessoal tudo se revoltou. Aí ninguém quis sair, ninguém quis..., aí eles [fun-

5 Neste artigo não tratamos dos desdobramentos da intermediação do Ministério Público Estadual e do Federal e tampouco dos contatos que os trabalhadores de Demanda passaram a estabelecer, depois das atividades de perícia, com mediadores externos.

6 Acerca de processos de deslocamento compulsório no Maranhão e no Pará vide, respectivamente, Paula Andrade e Souza Filho (2006) e Magalhães (2007).

cionários da MPX] começaram a apresentar ‘pode acontecer isso, acontecer aqui-lo’. Aí isso foi intimidando a comunidade. (...) aí as pessoas foram começando a aceitar o reassentamento por causa dos riscos (Antonio Bezerra de Melo Neto, Demanda, 01/04/2014).

Desde os primeiros momentos, quando da obtenção das licenças prévia e de instalação, as famílias passaram a ser assediadas por profissionais contratados pela empresa, assim como por seus funcionários permanentes (engenheiros, advogados, assistentes sociais, psicólogos, geógrafos) que, inicialmente, propagaram a ideia de que empresa e comunidade seriam ‘bons vizinhos’ e, em seguida, insistindo para que as famílias concordassem em ser remanejadas. Se, no início, em seus estudos de impacto, colocava que, ‘voluntariamente’, promoveria um processo de reassentamento, não apenas preservando as condições prévias de existência das famílias, mas melhorando-as, em um segundo momento as famílias são levadas por aqueles profissionais a assinar um Termo de Adesão ao Reassentamento Voluntário, concordando em ser remanejadas ‘voluntariamente’ para outro local. Eis como um mesmo termo pode adquirir significado totalmente distinto, ao ser manipulado politicamente pelos dominantes quando se trata de deslocar grupos inteiros como parte de suas estratégias e interesses para instalar os chamados grandes projetos. A este respeito, se manifestam os entrevistados:

Sr. Antonio: Não é voluntário, e eu sempre discordo com eles. Voluntário não, é obrigado! A gente tá saindo daqui não é porque a gente queira, não é voluntário de jeito ne-

nhum! (Antonio Bezerra de Melo Neto, Demanda, 01/04/2014).

Sr. Enemias: Eu mesmo vou sem querer ir, eu sou obrigado a sair, eu saio. Mas, nunca quis sair, e nem quero sair, vou sair porque sou obrigado a sair porque não pode ficar. Na verdade, sair é obrigatório, não é voluntário! (Enemias Pereira da Silva, Demanda, 31/03/2014).

A questão é que os termos voluntário e obrigatório expressam conteúdos políticos e, que o enunciado reassentamento voluntário esconde o processo social de deslocamento compulsório das famílias de Demanda, de cujo ponto de vista a aceitação do reassentamento tem um caráter de obrigatoriedade, pois as consequências da implantação das UTEs tornaram inviável a vida na localidade.

O medo, a preocupação, a tensão cotidiana que passa a transtornar a vida dessas famílias é um impacto que não pode ser mensurado “objetivamente”, mas de cuja existência comenta os entrevistados: o medo de consumir a água de poços que era utilizada pelas famílias há muitos anos; o receio dos efeitos da inalação do gás que todos os entrevistados dizem sentir e que, para alguns, provoca dor de cabeça, enquanto para outros desencadeia o pânico, a ponto de passarem a se tratar com medicamentos controlados; sintomas de enfermidades, como “problemas na vista”, tonturas, dores de cabeça, gripe e insônia (sobretudo entre os idosos), mas que os entrevistados atribuem a fatores externos como poluição sonora e do ar, mas principalmente, segundo eles, à impossibilidade de planejarem seu futuro imediato. O deitar-se à noite e não conseguir planejar suas atividades em um futuro próximo, dada à situação de indefinição do reassentamento das famílias, é

um problema que aparece em várias entrevistas, explicitando o que denominam de chafurdo na cabeça, significando desequilíbrio emocional:

O prejuízo é mais no pensamento da gente. (...) Todo mundo que mora aqui tá impedido. Como você vai melhorar sua casinha se você vai sair? Então fica o seu planejamento em vão. (...) esse chafurdo na cabeça da pessoa, isso aí foi grande demais... Olha... você passar... você viver sem ter o seu juízo equilibrado do tanto que nós estamos passando, quem sabe é só nós. Só nós que sabe como é esse negócio aí. Todo mundo tem um plano, por mais pobre que seja, entendeu? (Antonio Silva Amorim, Demanda, 06/04/2014).

Além de não ter cumprido, até os dias de hoje, o cronograma de início das obras para reassentamento das famílias na área chamada “anfitriã”, por ela mesma elaborado e anunciado nos relatórios da empresa ao órgão licenciador estadual<sup>7</sup>, a empresa excluiu várias famílias do cadastro para reassentamento, o que gerou nova insatisfação e exacerbou o clima de revolta das famílias.

Todos esses fatos levam os grupos familiares de Demanda a um sentimento de terem sido iludidos, enganados, traídos nas expectativas criadas pela própria empresa, o que, acrescido aos problemas cotidianos de ruídos, odores de gás e impossibilidade de planejar a vida, exacerbam a insatisfação e a revolta do grupo.

Outros problemas, além da não realização do reassentamento, fomentam a resistência das famílias, como: destruição e impedimento

de passagem dos veículos dos moradores por seus caminhos costumeiros; utilização intensiva da estrada municipal que serve ao povoado, pelos veículos da empresa e suas terceirizadas, com transtorno à mobilidade dos moradores, assim como à segurança de crianças e adultos; tentativas de estabelecimento de guaritas e portões, inclusive na estrada que liga o povoado à BR-135, cerceando a mobilidade espacial dos moradores.

A produção da perícia, neste sentido, funcionou como espaço social seguro (Scott, 2013), propício à irrupção de ressentimentos acumulados pelo grupo durante o processo de implantação das UTEs, favorecendo a expressão de sentimentos sobre os impactos sofridos, como os de humilhação, raiva e revolta. Algumas narrativas não foram apreendidas nas entrevistas, mas em conversas informais, em relatos que ocorriam até mesmo em tom jocoso, a exemplo do sequestro do container, também chamado de “greve das mulheres” e, quando a equipe quis aprofundar o entendimento dessa forma de resistência, os entrevistados não responderam, ocultando os detalhes da ação. Nesse sentido, mesmo a condução da perícia tendo funcionado como espaço social seguro, como sublinha Scott, detalhes de certas ações – como a do sequestro do container –, configuradas como formas de resistência, acabam entrando para a dimensão do indizível, como uma espécie de pacto dos agentes, para preservar a segurança dos envolvidos.

Ainda nesse sentido, embora de forma fragmentada, tivemos acesso a informações so-

---

<sup>7</sup> Apesar de o reassentamento nunca ter se efetivado, no site da Synergia, consultora contratada pela MPX para planejá-lo e executá-lo, encontramos: “A Synergia realizou, entre abril de 2012 e junho de 2013, o reassentamento voluntário da Comunidade da Demanda, considerada tradicional pela presença de mulheres quebraadeiras de coco babaçu”. Disponível

bre uma sequência de ações anônimas – quebra, disparo de tiros e, finalmente, incêndio do container da empresa, que se estenderam de janeiro a outubro de 2013. Houve acusação da empresa MPX/ENEVA que pesou sobre a comunidade, como sendo a única responsável pelas ações contra o ponto de atendimento. Às vésperas da inauguração do Complexo Parnaíba, pessoas da comunidade foram chamadas à Delegacia para depor, inclusive o pastor e vários membros da Igreja Assembleia de Deus da localidade, o que exacerbou a revolta das famílias. A dificuldade em obter informações sobre a autoria de tais atos está correlacionada à natureza dessas formas de resistência, abertas, porém anônimas, já que o grupo conserva o anonimato de seus autores, de modo a preservar sua segurança (Scott, 2011).

## 2. MODALIDADES E DIMENSÕES DA RESISTÊNCIA CAMPONESA

As modalidades de enfrentamento entre as famílias de Demanda e o Complexo Parnaíba dão-se, assim, em um continuum, referidas a agentes e aos distintos espaços vinculados ao Complexo Parnaíba, e dirigidas a diferentes elementos materiais indicadores de sua presença, como carros, caminhões, placas, portões, guaritas, caminhos, mas, principalmente ao já referido container.

### 2.1 REAGINDO À TENTATIVA DE CONTROLE DE PARTE DA EMPRESA E GREVES NA ESTRADA

Assim que a MPX adquiriu o terreno da Fazenda Maravilha, para iniciar o processo de instalação do Complexo Parnaíba, cercou o pe-

rímetro de sua propriedade e tentou construir, na entrada do povoado, uma espécie de portaria. Quanto a isso, um dos moradores relata:

(...) ainda fizeram [a MPX] os mourões, iam colocar os portões, mas foi a comunidade que repugnou, nós não aceitamos! E eles queriam colocar era no início, logo, assim que eles compraram, quando eles estavam colocando a cerca, no cercamento da terra. Um portão pra carro, e outro portão pra gente a pés e moto, mais estreitinho... (...) E que o pessoal da comunidade cada um ia usar um crachá. E quando a gente viesse tarde da noite só ia entrar de crachá e se não tivesse ficava pro lado de lá mesmo... o portão ainda fez foi vir, foi voltado pra trás porque ninguém aceitou (...) Nós não aceitamos (Enemias Pereira da Silva, Demanda, 31/03/2014).

A empresa foi barrada pelos trabalhadores em sua tentativa de concretizar o controle social, por meio de mecanismos disciplinares (Foucault, 2002) que permitiriam a vigilância e domínio dos indivíduos. Por outro lado, os trabalhadores também adotaram a estratégia de impedir a mobilidade dos veículos da empresa, ações a que chamaram de greve na estrada. Não raro ocorreram situações individuais dessas chamadas greves, como relata o Sr. João Sindô. O morador informou que, sozinho, muitas vezes, ocupa a estrada em certo trecho, lá deixando sua moto e aguardando algum agente ligado ao Complexo Parnaíba para reclamar acerca das más condições dessa via pública, da indefinição quanto ao reassentamento ou sobre ações da empresa que, do seu ponto de vista, prejudicam a comunidade. Este trabalhador parou, inclusive, o carro em que estava à equipe de perícia e, após ouvir as explicações da equi-

pe, disse que, se fossemos funcionários de alguma empresa ligada ao Complexo, não permitiria que trafegássemos por ali.

Em outra situação, Dona Nazaré, preocupada com a segurança de seus filhos menores, interpelou diretamente o motorista de uma carreta, tendo recebido dele a seguinte resposta, que, segundo seu relato, lhe causou indignação: “prenda os meninos em casa”. Esse foi o estopim para que um grupo de mulheres, ancoradas no princípio da maternidade, se reunisse e fosse ao Ponto de Atendimento para exigir dos funcionários da empresa que mudasse imediatamente o trajeto desses veículos, que deveriam utilizar apenas as vias dentro dos limites do Complexo Parnaíba. Continuaram, também, a parar os veículos e a se dirigir diretamente aos motoristas, repreendendo-os por circularem fora daqueles limites.

Tais manifestações de homens e mulheres, em grupo ou individualmente, denominadas pelos entrevistados de greves na estrada, no entanto, ocorreram em outras ocasiões, visando pressionar a empresa quanto aos problemas vividos pelas famílias, com vistas ao atendimento de múltiplas reivindicações. Segundo as narrativas, homens e mulheres se reuniam em pontos da estrada escolhidos previamente, ocupavam-na construindo barreiras com toras, paus e galhos, atravessavam suas motos e bicicletas em trechos estratégicos, de modo a impedir o trânsito dos veículos pertencentes à MPX e às suas contratadas.

Esse tipo de ocupação da estrada por meio de bloqueios pode ser pensado como uma forma de luta e de ação coletiva desses atores no repertório de enfrentamento do grupo. Segundo Comerford (1999), esta forma de ação

busca caracterizar e legitimar publicamente um tipo de transgressão à dominação e de demarcação de fronteiras socioespaciais e simbólicas e, ao mesmo tempo, lançar uma crítica e uma resposta de parte do grupo que a realiza. Nesses casos, o grupo se organiza e se lança a um processo de pressão local, face a face, contra aqueles que o atingem. Nesse sentido, podemos pensar a estrada como um locus de enfrentamento público e um espaço social de crítica ao empreendedor, mas também de solidariedade e de coesão do grupo (Comerford, 1999, p. 143).

## 2.2 GREVES DE HOMENS E GREVES DE MULHERES

Outras ações, também denominadas de greves, levaram grupos de mulheres e, em outros casos, de homens, a se dirigirem organizadamente ao Ponto de Atendimento para reivindicar seus direitos. Além da ação chamada por um entrevistado de a greve dos 22 homens, quando um grupo de chefes de família se juntar para reclamar da empresa no Ponto de Atendimento, outra ação emblemática de enfrentamento ao Complexo Parnaíba foi a chamada greve das mulheres ou sequestro do container.

Segundo os relatos das entrevistadas, descontentes com o atraso do repasse mensal da compensação financeira pela supressão do babaçal, ocuparam o container temporariamente, retendo dentro dele funcionários da empresa. A ação foi preparada por algumas mulheres quando iam buscar seus filhos na escola do povoado. Enquanto aguardavam a saída das crianças em casas de outras mulheres – amigas, comadres ou parentes – teciam comentários sobre temas ligados aos incômodos da situação vivida no povoado por conta da instalação do Com-

plexo Parnaíba, sobretudo pela falta do repasse financeiro à guisa de compensação pela perda do babaçal de que se serviam.

Chegado o momento da ação, já haviam combinado que uma delas seria responsável por emitir um sinal para que as demais, escondidas, “enchessem” o container. Dado o sinal e a ocupação em andamento, outras mulheres ficaram do lado de fora para vigiar a aproximação de seguranças ou outros funcionários da MPX que por ali passassem.

As trabalhadoras impediram a saída dos funcionários até que tivessem garantias de recebimento do dinheiro, relatando em tom jocoso a reação de medo e acuamento dos funcionários ao que designaram de sequestro, já que estes foram impedidos de sair e de se comunicar, pois todos os aparelhos e dispositivos móveis de comunicação foram confiscados e desligados pelas mulheres. Embora sendo funcionários da MPX, suas funções específicas de mediação entre os escalões superiores da empresa e a comunidade não os capacitava a tomar decisões, restando-lhes apenas a fala como recurso de negociação, justificando suas posições subordinadas na hierarquia da empresa para se livrarem daquela situação.

Interessante notar que tal ação ocorreu em setembro de 2013 e, segundo relatos dos que dela participaram, por uma motivação muito especial. De acordo com uma das informantes, parte da renda das mulheres que advinha da produção do coco babaçu era destinada à contribuição para a denominada Festa dos Crentes. Esta, segundo os depoimentos, se realiza há mais de 30 anos no povoado, justamente no mês de setembro. Segundo os depoimentos, independentemente de algumas famí-

lias serem católicas diante da maioria evangélica, todos os moradores se envolvem na realização do evento, contribuindo com mantimentos, doando dinheiro, ajudando na ornamentação e no preparo de comidas. Neste caso, um dos móveis da ação coletiva teve relação com o solapamento dos fundos cerimoniais (Wolf, 1970), pois, diante da condição econômica em que se encontravam após a implantação do empreendimento, tornou-se impossível manter esse compromisso de solidariedade social, o que, nas palavras de uma entrevistada, foi vivido como vergonhoso.

A ocupação do container para o sequestro é realizada como ação coletiva de enfrentamento exitosa, porque o dinheiro devido pela empresa às mulheres lhes foi entregue em poucos dias. Além disso, esse episódio sinaliza um desafio coletivo aberto (SCOTT, 2013), dirigido à empresa, com alteração das relações de poder.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de enfrentamento levadas a efeito por homens e mulheres da comunidade de Demanda podem ser definidas como um desafio aos poderosos, elaborado por grupo subordinado a várias formas de dominação (Scott, 2013). Nesse sentido, tais ações não podem ser pensadas como isoladas, mas representam um continuum de situações que demonstram o cultivo de uma potência de revolta (Scott, 2013) por parte das famílias. Mesmo vivendo sob o que considera humilhação, o grupo elaborou o que podemos classificar, inspirados em James Scott, formas cotidianas de resistência. Essas formas os têm levado a tentar sobreviver, no

cotidiano de uma ordem que se configura como dominação e, nessas circunstâncias, as famílias de Demanda não podem ser pensadas sob a óptica da passividade.

Van der Ploeg (2008, p.289) chama atenção para o fato de que a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas para confrontar esquemas, procedimentos e roteiros impostos pelas formas de dominação. Independentemente do contexto de luta em que se forjam as formas de resistência, o que está em jogo é compreender como e o porquê a resistência é expressa e organizada.

Os dados empíricos, no momento da produção do laudo pericial, apontam para uma configuração de lutas, no âmbito de um repertório de enfrentamento forjado pelas próprias famílias de Demanda. A resistência urdida pelas famílias aponta para possibilidades e capacidades de avaliar e modificar a correlação de forças, emergidas no contexto de atuação da empresa em sua relação com a comunidade.

Tais questões podem ser compreendidas não apenas como resultado de reações defensivas (Wolf, 1984, p.338), elaboradas por homens e mulheres que buscam enfrentar as mudanças de uma ordem que lhes é imposta, a partir da implantação do Complexo Parnaíba. Além disso, as ações de enfrentamento dizem respeito ao processo político de mobilização coletiva de famílias camponesas, às capacidades cognitivas e interpretativas desses atores sociais nas interações conflituosas.

Segundo James C. Scott (2013), a dominação alimenta um potencial de revolta naqueles que dela são objeto e que se torna extremamente eficaz em circunstâncias propícias à sua

expressão pública na forma de resistência cotidiana. As práticas de dominação, segundo o autor, “geram normalmente insultos e ofensas à dignidade humana, que por sua vez alimentam um discurso oculto de indignação” (Scott, 2013, p. 35). A resistência assumida em formas cotidianas, deste modo, é essencial a qualquer visão dinâmica das relações de poder, embora sendo “muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos imediatos” (Scott, 2011, p. 223).

As formas de resistência elaboradas pelas famílias em questão assumem características que requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento (Scott, 2002). Tais formas, que não ganham as páginas dos jornais e nem se produzem com a mediação de sindicatos ou partidos, como é a situação empírica das famílias de Demanda, são forjadas pelos próprios camponeses no enfrentamento direto com seus dominadores e não são menos reais por serem pouco visíveis. Expressam intensa crítica da ordem social tanto quanto as grandes revoluções e lutas mais amplas.

Atingidas e impactadas em diversos planos de sua organização social (Geertz, 1959) e nutridas de uma revolta flagrante, as famílias de Demanda, como resposta a uma situação que entendem como de humilhação permanente, empreenderam formas de enfrentamento contra ações específicas realizadas pela empresa. Dessa maneira, o fator decisivo que torna possível o extravasamento da insatisfação sobre sua condição social camponesa está na sua relação com o campo de poder que a circunda.

Outro aspecto a considerar é que as possibilidades de realização das ações cotidianas de resistência, segundo Scott (2011, p. 224) de-

pendarão das formas de controle sobre a condução das ações de enfrentamento e das crenças comuns sobre as probabilidades de possíveis retaliações, repressões ou outras formas de violência. A ação das mulheres é exitosa porque há um trabalho social anterior de preparação, gestão e controle sobre a condução da ação, quando decidem sobre o melhor horário, o dia mais adequado, quem deve vigiar a estrada e avisar as companheiras, a quem devem se dirigir, o que devem dizer e exigir. Elas obtêm sucesso porque há uma crença comum de que podem enfrentar aqueles funcionários, tidos como “mais fracos”, e não outros, sem sofrer possíveis retaliações.

Perguntada se teria coragem de fazer a mesma ação de sequestro com o diretor ou com o dono da empresa, uma delas nos disse, sorrindo, “não, esses aí são muito poderosos, a gente não aguenta, não é igual esses que vêm aqui pro povoado”. A resposta da entrevistada reflete uma clara consciência das relações de dominação em jogo conforme contextos reais ou imaginários, identificando os graus e as condições de poder em disputa, por meio da comparação relacional entre “fracos” e “poderosos”.

Dessa forma, as atitudes de confronto com o poder do Complexo Parnaíba, revela a emergência, na esfera pública, de sentimentos de injustiça, de revolta, de ressentimento, de desgosto, que foram sendo construídos e acumulados durante a relação com diferenciados agentes vinculados à empresa. A demonstração pública aos dominadores, dos conteúdos vivenciados apenas no âmbito do grupo, é classificada por James Scott (2013), como transcrição pública. Segundo o autor, durante tal operação social, os subordinados buscam não apenas ser

ouvidos, mas alcançar suas reivindicações, por mínimas que sejam aos olhos dos dominadores. Nesse sentido, Dona Nazaré, que aciona o princípio da maternidade, fala para ser ouvida e age para ser atendida, em função da segurança de seus filhos e das demais crianças da localidade.

Ignorar o interesse pessoal na resistência camponesa, segundo a perspectiva scottiana, é desconhecer o contexto determinado, não apenas da política camponesa, mas de boa parte da política das classes pobres. É precisamente a fusão do interesse pessoal e do enfrentamento aos dominadores que constitui a força vital dessa resistência. Deste modo, quando as mães de Demanda interrompem o fluxo dos veículos, exigindo que os motoristas não circulem mais na estrada do povoado, enfrentam a dominação e não estão visando apenas à segurança de seus filhos. Na realidade, é o poder da empresa, sua presença no local e todos os problemas que causa às famílias, que as mulheres desejam afrontar com seu gesto.

Igualmente, quando as mulheres organizam o chamado sequestro tornam público o desafio ao poder de dominação da empresa, mas estão também interessadas em receber o dinheiro atrasado da compensação para pagar as contas, ajudar na Festa dos Crentes e não “passar vergonha”.

Quando homens e mulheres se juntam para fazer greve na estrada, barrando o tráfego dos veículos e de funcionários vinculados à empresa, estão interessados em soluções concretas que melhorem as condições materiais dessa via pública, para que possam ir e vir sem transtornos ou constrangimentos, mas também informam, por meio dessa ação de enfrentamento,

sua agência em alterar, mesmo que por breves momentos, as relações de poder que sobre eles se abatem.

A partir dessas afirmações é possível considerar as ações das greves e do sequestro, por exemplo, como formas cotidianas de resistência camponesa. Baseando-nos em Scott (2002; 2011), lembremos que a utilização deste conceito nos conduz a lidar com certos problemas no tocante às intenções, significados e consequências dessas ações, necessitando distinguir entre atos individuais e coletivos e atentando para os princípios em jogo durante as formas construídas para resistir à dominação. Para o autor, há resistência dos mais fracos em relação à dominação que sofrem quando atos de enfrentamento – silenciosos/ocultos, públicos/abertos, apesar de espontâneos e minimamente coordenados – se tornam um forma consistente de luta pela capacidade constante dos dominados de produzir desafios à dominação dos poderosos. Há resistência ao poder dos dominadores quando há constância dos enfrentamentos, que reivindicam atendimentos materiais ancorados em princípios morais.

Para Ramalho & Esterici (1996), ao destacar as formas cotidianas de resistência, Scott questiona uma espécie de etnocentrismo que tende a procurar ou privilegiar, entre os grupos dominados, as manifestações clássicas de organização e as expressões institucionalizadas de enfrentamento e de resistência.

Menezes (2002) por sua vez, pondera que a perspectiva teórica de Scott também apresenta algumas dificuldades, embora afirmando ser inegável que a análise das práticas de resistência camponesa abre perspectivas para compreender a política de grupos subalter-

nos para além da noção de hegemonia ou de conformismo e passividade. Muitas vezes, porém, elas apenas amenizam a indignação a que indivíduos e grupos estão submetidos, não alterando, conforme a autora, substancialmente, as relações de dominação. Dessa forma, chama atenção para o perigo de romantização da noção de resistência cotidiana, esquecendo-se que ela também contribui para a reprodução das relações de dominação. Romantizar a resistência cotidiana é colocar todo o peso sobre os indivíduos como tendo uma capacidade autônoma e natural de agência para produzir enfrentamentos contra os poderosos. Nesse sentido, pensamos, a partir da análise de nosso material empírico, as ações de greve e sequestro, como formas possíveis de resistir, sendo parte de um repertório de luta construído e avaliado no próprio processo de enfrentamento.

Dessa forma, acreditamos ser possível refletir sobre a situação empírica aqui apresentada aproximando as considerações scottianas à análise de Honneth (2003) para compreender as formas de resistência camponesa em questão.

Esse autor parte do pressuposto de que há uma gramática dos conflitos sociais que possibilita perceber nexos entre o que chama de desrespeito moral e luta social. Segundo Honneth, a luta social e a resistência são produzidas no processo prático, no qual situações individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais compartilhadas pelo grupo, de forma que podem influir como motivadoras da ação de enfrentamento. Os conflitos, argumenta o autor, para além da concepção de reivindicação material, podem estar baseados em dimensões morais, que buscam condições de reconhecimento da dignidade social. São re-

invidicações que não se separam, formando uma amálgama enquanto base das lutas sociais.

Quando os moradores de Demanda falam de humilhação, vergonha, juízo chafurdado, estão informando dimensões morais que fundamentam a luta por relações de estima e de reconhecimento social. O fato de os moradores de Demanda passarem a viver uma indefinição quanto ao futuro, pode ser entendido, nos termos de Honneth (2003), como uma situação de desrespeito moral, pois há uma injustiça social inscrita nas relações forjadas pela empresa em sua atuação junto às famílias. Há necessidade, segundo o autor, de compreender valores e sentimentos inscritos nas lutas sociais, apreendendo a multidimensionalidade da resistência. É preciso pontuar, ainda, que o sentimento humano não é inteiramente espontâneo e que o homem é um ser “triplo” (Mauss, 1980 [1921]). Nesse sentido, raiva, humilhação, desgosto, enganação, ilusão, ódio, sentimentos que aparecem nos relatos dos moradores de Demanda, devem ser vistos como fenômenos que carregam o peso da interdependência e síntese das dimensões sociais, biológicas e psicológicas.

Diante do contexto de expropriação e de indefinição social em que vivem as famílias de Demanda, a greve e o sequestro indicam situações de resistência camponesa, porque lançam desafios aos poderosos da MPX/ENEVA, alterando as relações de poder durante os enfrentamentos no duplo processo de reivindicações – materiais, para atender a objetivos práticos, e simbólicos, para restaurar condições mínimas de dignidade social.

Os eventos da greve e do sequestro demonstram a operacionalização da capacidade de agência dos atores, embora diante de um pro-

cesso de expropriação e de flagrantes injustiças sociais provocados por um grande projeto tido como de desenvolvimento. Enfrentar os poderosos, no caso de Demanda, pode significar atos de desafiar e confrontar pública e continuamente o poder daqueles que impuseram relações de dominação ao conjunto das famílias da localidade. O poderoso para o camponês de Demanda, vinculado ao contexto de implantação das UTEs, é aquele que altera/destrói as condições materiais de existência e valores morais de reprodução e organização sociais do grupo, por meio das relações de dominação.

A resistência camponesa é produzida, então, nessa interdependência, de modo que os enfrentamentos, em um contexto de indefinição social, buscam não apenas desafiar o poder dos dominadores, conforme Scott, ou reivindicar fins materiais, bem como os morais, conforme Honneth. Buscam construir e mobilizar forças sociais, espirituais e morais para sobreviver mais um dia dentro de uma ordem de dominação.

Trabalho recebido em 10/02/2014

Aprovado para publicação em 02/04/2014

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: Pesquisa Antropológica. Brasília, nº 9-10, 1976.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013.

- COMERFORD, John Cunha. 1999. Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5).
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir (trad. Raquel Ramallete). 28<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GEERTZ, Clifford. Form and variation in Balinese village structure. In: *American Anthropologist*, New Series. v. 61, n. 6 (dec 1959). p. 991-1012.
- HONNETH, Axel. Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais. In: HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Lamento e dor: uma análise sócio-anropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém, 2007. 278f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, 2007.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência. A questão política no campo. 3<sup>a</sup>ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MAUSS, Marcel. A Expressão Obrigatória dos Sentimentos. In: S. Figueira (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980 [1921].
- MENEZES, Marilda Aparecida. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Vol. 21 nº 01, jan a jun, 2002, p. 32-44.
- PAULA ANDRADE, Maristela de e SOUZA FILHO, Benedito. (Orgs.). *Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís: EDUFMA, 2006.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.3, n.7, sept/dec, 1989, p.87-108.
- PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- RAMALHO, J.R. & ESTERCI, N. A resistência em campo minado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, ano 11, 1996, p. 83-88.
- SCOTT, James. C. “Formas cotidianas da resistência camponesa”, (tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra). *Raízes*, vol. 21, no. 01, 2002, p.10-31.
- \_\_\_\_\_. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 217-243.
- \_\_\_\_\_. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Ver. Tec. Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Guerras Camponesas do Século XX*. Trad. Iolanda Toledo. São Paulo: Global, 1984.